CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
FL 23
SERVIDOR 2020
MAT.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 130/2015**

**AUTOR**: Aladice Souza

**EMENTA**: "Renova o reconhecimento de utilidade pública municipal da Associação Recreativa Cultural e Beneficente Exclusiva".

**RELATOR**: Leo Prates

**PARECER**

A proposição em comento tem o escopo de renovar a Utilidade Pública Municipal da Associação Recreativa Cultural e Beneficente Exclusiva. A proponente justifica a proposição em face da necessidade da Consideração da Utilidade Pública Municipal da referida entidade para continuidade das suas atividades estatutárias e apresenta no processo documentos comprobatórios da exigência contida em legislação especifica.

Compete a esta Comissão manifestar-se quanto à constitucionalidade, legalidade e juridicidade das matérias que nos foram apresentadas para exame, nos termos do art. 61, inciso II do Regimento Interno aprovado pela Resolução 910/91.

Encontra-se apensado ao Projeto cópia dos documentos comprobatórios dos requisitos exigidos na Lei 5.391 de 1998, alterada pela Lei 6.246 de 2002, que são: personalidade jurídica, efetivo e contínuo funcionamento há mais de 12 (doze) meses, não ter fins lucrativos, prestação de contas do último exercício financeiro, e gratuidade das funções de seus dirigentes.

A proposição em exame encontra-se em conformidade com o texto da Constituição Federal (art.30, inciso I), atende aos requisitos determinados na Lei 5.391 de 1998, alterada pela Lei 6.246 de 2002, Lei Orgânica Municipal (artigos 44 e 46), Regimento Interno (artigos 13, inciso III e 161) desta Casa e à boa técnica legislativa (Lei Complementar 95/98).

Tendo em vista o decurso de tempo, não é tecnicamente correto se conceder Renovação de Utilidade Pública, mas sim verdadeiro deferimento de Utilidade Pública. Assim sendo, entendemos salutar a alteração da Proposição através de Emenda.

Portanto, o presente Projeto está apto a seguir regular tramitação na Casa Legislativa do Município de Salvador, razão pela qual opinamos **PELA APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 130/2015.**

É o Parecer.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2015.

Vereador Leo Prates
Relator
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final

Suica

Alfredo Mangueira

Geraldo Júnior

Waldir Pires

Paulo Magalhães

Everaldo Augusto